



## A educação no Brasil na época da Independência e a reafirmação monarquista no debate político

---

*Bernardo Felipe Estellita Lins*<sup>411</sup>

### Introdução

O processo brasileiro de independência, que culminaria em 1822 na formação do Império e na preservação territorial do Brasil, em contraste com uma América predominantemente republicana e, no que diz respeito às colônias hispânicas, territorialmente fragmentada, levanta interessante debate.

Há uma diferença entre o Brasil e os demais países da América do Sul no nascedouro. Enquanto as repúblicas latino-americanas empreenderam projetos de construção institucional a partir da ruptura com a metrópole espanhola e da negação revolucionária da sua herança política, o império brasileiro surgiu sob a marca de uma transição que preservou a estrutura administrativa herdada de Portugal. A vinda da Corte ao Rio de Janeiro e a identificação que D. João VI tinha com a cidade, chamando-a de “minha”, dando-lhe *status*, ainda que temporário, de capital do mundo luso, foram determinantes para preservar o sentimento de ser simultaneamente português e brasileiro que prevaleceria na população. Deixamos de ser colônia e, na Independência, mantivemos as instituições recebidas do período de reino unido, com suas qualidades e defeitos. Enquanto os demais países sul-americanos viram-se às voltas com um empreendimento de construção do Estado, adaptando às circunstâncias latino-americanas as utopias das revoluções francesa

---

411 Bernardo Felipe Estellita Lins é doutor em Economia e consultor legislativo da Câmara dos Deputados. É membro acadêmico da Academia Brasileira da Qualidade e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.



e norte-americana, muito antes do conceito ser cunhado no século XX,<sup>412</sup> a elite brasileira investia na continuidade. Rememorando os irônicos versos de Chico Buarque e Rui Guerra, não podemos deixar de especular se nossa *intelligentsia* de então pareceria antever, como seu destino e trajetória, a tarefa de fazer com que o Brasil se tornasse um imenso Portugal.

A linha de reflexão predominante acerca dessa transição, em que a Independência se mostra mais um marco do que uma ruptura, aponta a uniformidade educacional das elites brasileiras nas várias regiões do país como fator de condução do debate político acerca do futuro Brasil. A administração colonial teria sido bem-sucedida em garantir não apenas uma unidade linguística a todo o território brasileiro, relegando a língua-geral, derivada do tupi, ao desuso e impondo o português como meio de comunicação e relacionamento padrão, mas também uma predominância religiosa do catolicismo, ainda que marcado por manifestações sincréticas e, sobretudo, uma noção de pertinência ao mundo luso. O sucesso da administração colonial em estabelecer a uniformidade ideológica e administrativa em seus territórios é notável. Notável é, também, a rede de relacionamentos existente entre as elites coloniais das várias regiões controladas por Portugal. Na base dessa construção, sugere essa linha de especulação, estaria a decisão estratégica de reprimir o ensino superior nas colônias e centralizar a formação das elites locais de cada enclave colonial nas universidades da metrópole, em especial em Coimbra. Nas palavras de Safford:

Autores mais recentes atribuíram a sobrevivência do estado brasileiro a uma elite jurídica, administrativa e política de brasileiros que

---

412 CENTENO, Miguel A.; FERRARO, Agustin E. Republics of the possible: state building in Latin America and Spain. In: CENTENO, Miguel A.; FERRARO, Agustin E. **State and nation making in Latin America and Spain**. Nova York: Cambridge University Press, 2013, p. 3.



estudaram direito ou outras carreiras na Universidade de Coimbra, em Portugal, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Faculdades de direito criadas, após a Independência, em Pernambuco e em São Paulo, formaram as gerações subsequentes dessa elite. A política de fazer esses juízes e administradores circular entre as províncias encorajou-os a se identificar com a nação, em lugar de ficar vinculados a uma província específica. Embora alguns destes acabassem por estabelecer bases firmes em uma localidade, todos, como grupo, sustentaram a monarquia e o estado nacional.<sup>413</sup>

O que tal linha sugere é que o debate das ideias em torno da Independência teria se desenvolvido não entre desconhecidos, mas entre pares, que em determinado momento se reconheciam por terem sido contemporâneos de tempos de estudo, por terem sido em algum momento professor e aluno, ou por compartilharem experiências, tradições e valores oriundos de uma mesma instituição acadêmica que teriam frequentado e de uma ascensão profissional, dentro de regras bem definidas, na burocracia do Antigo Regime. Tais conjunturas estreitariam o espectro ideológico do debate ou dificultariam a disseminação de ideias iluministas que, em outros países, encontrariam uma receptividade mais expressiva.

No entanto, entre os demais aspectos que são levantados para explicar o caminho seguido pelo processo de independência do Brasil, há outros que são extensamente trilhados por diversos autores e que merecem ser apontados.

Um é o de que a evolução da exploração extrativa do território brasileiro teria levado a uma integração de fluxos econômicos que acabariam por fazer esse grande espaço geográfico operar como uma unidade, estabelecendo não apenas uma uniformidade de

---

413 SAFFORD, Frank. The construction of national states in Latin America, 1820-1890. In: CENTENO, Miguel A.; FERRARO Agustin E. **State and nation making in Latin America and Spain**. Nova York: Cambridge University Press, 2013, p. 34. Original em inglês; tradução livre.



idioma e cultura, mas conjugando uma variedade de interesses que resultariam na manutenção do território nacional. Em particular, o ciclo do ouro, ao constituir um período de quase um século de mineração contínua e intensa em Minas Gerais, estruturando um comércio de mercadorias e escravos para o interior e de exportação do metal, teria levado a uma integração entre o Sudeste brasileiro e o Sul, para fornecimento de gado mular, e do Sudeste com o Nordeste, para constituir uma rota de entrada de mercadorias e de saída de contrabando. No entorno dessas trajetórias de comércio formavam-se núcleos de exploração agrária, de pousos e entrepostos que iriam propiciar uma crescente ocupação territorial para retaguarda da mineração. As bandeiras paulistas rumo a Goiás reproduziriam, ainda que em escala muito menor, a mesma lógica integradora.

Mais uma linha de especulação justifica esse processo pela forma como os privilégios e as obrigações eram delegados pela Coroa portuguesa, estabelecendo uma estrutura de interesses hierarquizada e fortemente ligada a um sistema de lealdades e de laços familiares oriundos da Corte. A relativa escassez de material humano para gerir o império colonial português, afinal Portugal era um país pequeno e de poder militar limitado, levou a um modelo em que uma relativa miscigenação acabava por ser admitida nas colônias, em especial de homens europeus com mulheres autóctones. Viabilizava-se, assim, o crescimento da elite de origem portuguesa nas colônias, assegurando-se a hereditariedade e o exercício de privilégios locais delegados pela Coroa. O controle do rei e da Corte sobre os intercâmbios comerciais com as colônias garantia a manutenção dos vínculos com a metrópole e o custeio da supervisão fiscalizatória.

A vinda da Corte portuguesa ao Brasil teria reforçado essas relações, deslocando o sistema burocrático português para o Brasil e invertendo o sentido do poder e do controle sobre alguns desses



processos de supervisão. Nesse sentido, o efeito integrador da presença do rei português no Rio de Janeiro não deve ser minimizado, pois o sentimento de unidade do país viria a ser reforçado, facilitando a preservação do território. Entre outros aspectos, essa narrativa torna compreensível a união alcançada, vinculando todas as populações brasileiras a uma ideia única de nação e oferecendo a legitimidade e os recursos para reprimir movimentos separatistas e graduar suas reivindicações.

Embora essas e outras teses não se excluam mutuamente, mas apenas esclareçam os vários mecanismos socioeconômicos existentes que delinearão o debate político que antecedeu a Independência, vamos nos concentrar, neste artigo, na discussão do argumento inicialmente delineado, ou seja, da influência do desenho estratégico português de formação educacional das elites locais nas colônias sobre o debate público da Independência e os resultados do processo de separação entre Brasil e Portugal.

Há motivos relevantes para que essa relação, já amplamente discutida na historiografia brasileira, seja revisitada. A estratégia portuguesa é um prolongamento da doutrina que acompanhou o movimento colonial português desde sua origem, caracterizando as navegações não apenas como um empreendimento comercial, mas também como uma continuação do movimento de conquista que consolidara o território de Portugal na península ibérica. A concepção medieval da sociedade como um *corpus*, em que cada indivíduo tinha uma posição e uma função previamente estabelecidas e em que as relações eram determinadas por hierarquias, tinha acompanhado a expansão territorial dos portugueses e recebeu uma sobrevida com as decisões de centralização cultural tomadas pela Coroa. Os efeitos seriam sentidos no debate da Independência e, pode-se especular, em certos momentos são sentidos até hoje.

Para abordar em algum detalhe o tema, o artigo está organizado como se descreve a seguir. Na próxima seção, serão revisitados os



antecedentes da tradição educacional no Brasil, dando destaque ao trabalho da Companhia de Jesus para estruturar colégios e institutos no período colonial que antecedeu o governo de D. José I, em que a figura central do marquês de Pombal iria promover uma extensa transformação administrativa no império colonial português. O ciclo pombalino é também discutido, em especial quanto ao reforço da política de formação das elites coloniais em Portugal. Na seção seguinte, examinam-se as mudanças que acompanharam o período das guerras napoleônicas e seus efeitos, especificamente, no Brasil, beneficiado com a vinda da Corte ao Rio de Janeiro. Busca-se, enfim, fazer um retrato da conjuntura cultural na época da sua independência, examinando-se sua influência no debate público e nas negociações que antecederam o Grito do Ipiranga. Apresentam-se, posteriormente, algumas breves considerações finais.

### **Antecedentes da tradição educacional no Brasil**

Nos primeiros anos de ocupação do Brasil, logo após o descobrimento, as atividades de ensino eram quase inexistentes, limitando-se a esforços fortuitos de padres seculares e missionários avulsos que se fixavam em algumas localidades. Leonor Fávero identifica o marco inicial da educação no Brasil com a vinda do primeiro governador geral à colônia, Tomé de Souza, em 1548, trazendo consigo seis religiosos da Companhia de Jesus, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega. Lembra-nos a autora que uma das diretrizes do rei D. João III ao governador geral era a conversão dos indígenas. Assim, constata:

A educação na colônia estava vinculada à política colonizadora de Portugal, cujo objetivo era a obtenção de lucro e, se nas diretrizes básicas estava citada expressamente a população indígena (para catequese e instrução), a vinda de pessoas da pequena nobreza para



organizar a “empresa” exigia que se incluíssem, na empreitada a que se propuseram os jesuítas, os filhos dos colonos, já que recebiam subsídios para fundar colégios.<sup>414</sup>

O plano da educação jesuíta, aponta Fávero,<sup>415</sup> baseava-se na catequese e no aprendizado do português, para então conduzir o aluno às atividades escolares da alfabetização, do canto orfeônico, das noções de música instrumental e, mais adiante, ao aprendizado profissional e agrícola e aos rudimentos do latim. Seria dos jesuítas a introdução do método alvarista de ensino do latim.<sup>416</sup>

Os jesuítas representaram, nesse período, a principal fonte de letramento para a população de colonos e proprietários de engenhos, preparando os filhos para eventualmente prosseguir os estudos superiores em Portugal. Também introduziram em alguns de seus colégios o ensino do tupi, língua para a qual desenvolveram uma gramática rudimentar e alguns dicionários. O objetivo da iniciativa era preparar os próprios jesuítas a estender o ensino a novos colégios, tendo para isso domínio da língua geral em uso.

---

414 FÁVERO, Leonor L. **Heranças: a educação no Brasil Colônia**. Revista ANPOLL, 8: 87-102, jan./jun. 2000, p. 87.

415 FÁVERO, *ibidem*, p. 89.

416 Método proposto por uma gramática do latim compilada pelo padre jesuíta Manuel Álvares em 1572 e texto didático obrigatório do plano de estudos dos colégios jesuítas. Por volta de 1600, os jesuítas codificaram as normas de organização dos estudos em um ordenamento conhecido, em nome resumido, como *Ratio Studiorum*. O texto, que seria revisto por volta de 1830, após a recriação da ordem, continha orientações sobre a organização geral das instituições jesuítas em províncias, sua hierarquia interna, com um reitor, um prefeito de estudos e os prefeitos das disciplinas, as normas administrativas e a organização dos currículos, centrados no estudo da teologia tomista, das humanidades e da gramática, com apurado ensino do latim. Exceção feita ao ensino da matemática, as ciências naturais eram pouco enfatizadas. Escapa aos objetivos deste texto detalhar o método de ensino, que era minuciosamente especificado na forma de regras positivas e prescrições práticas e, em linhas gerais, baseava-se em cinco pilares: a exposição de conteúdo (preleção), a repetição dos pontos de estudo mais importantes (memorização), os estudos complementares (exercício), as competições de desempenho (emulação) e a manutenção de um ambiente de exortação e vigilância moral e religiosa (disciplina). Uma descrição e avaliação pormenorizadas estão disponíveis ao interessado em Franca (1954).





O padre José de Anchieta redigiu um compêndio do tupi, *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, por volta de 1555, e o padre Luís Figueira escreveu a *Arte da língua brasílica* em 1621.

Diversos textos registram os desafios enfrentados pelos jesuítas na fixação de seus colégios.<sup>417</sup> Fizeram frente à escassez de recursos, à resistência de índios e colonos, à ocupação das simples instalações dos colégios por invasores estrangeiros que fustigavam as localidades, ao confronto com autoridades locais. Cada colégio tinha, em sua história particular, relatos vívidos dessas contrariedades. Nos duzentos anos em que lideraram, no Brasil, a expansão do ensino formal, os jesuítas consolidaram, porém, uma rede de escolas e institutos que, em vista das circunstâncias enfrentadas, mostra-se formidável. Fávero<sup>418</sup> aponta que, na época de sua expulsão do Brasil, em 1759, a ordem administrava 36 residências, 36 missões, 17 colégios e um número indeterminado de escolas de alfabetização e ensino básico.

Nesse período, a união de Portugal com Espanha, entre 1580 e 1640, merece destaque, pois iria trazer mudanças importantes, não para o ensino, mas para a expansão territorial do país e sua construção cultural. O episódio que culminou na fusão dos dois reinos é bem conhecido e teve tintas trágicas. Uma campanha militar malconduzida, em 1578, para enfrentar os mouros no Marrocos, levou à derrota do exército português em Alcácer-Quibir, o que resultou na morte do rei D. Sebastião e no desaparecimento de parte da elite da nobreza lusa. Em decorrência de não haver descendentes do rei, Filipe II da Espanha reivindicou

---

417 WREGGE, Rachel S. **Conflito e ambiguidade entre jesuítas e protestantes no Brasil-Colônia através da depredação dos prédios escolares da Companhia de Jesus**. *História da Educação*, 18: 159-172, set. 2005, p. 162-163. EAKIN, Marshall C. **The history of Latin America: collision of cultures**. Nova York: St. Martin's Griffin, 2007, p. 128-129. GUARACY, Thales. **A criação do Brasil, 1600-1700**. São Paulo: Planeta, 2018, p. 70-77.

418 FÁVERO, op. cit., p. 93.





o trono de Portugal, por ser primo, tio e cunhado de Sebastião.<sup>419</sup> Com a unificação dos dois reinos, em 1580, Portugal recebeu um inimigo temível da Espanha, os Países Baixos. Nos sessenta anos em que os dois reinos estiveram unidos, a costa brasileira ficaria exposta a ataques de corsários, invasões de territórios e ocupações de neerlandeses, huguenotes e ingleses. A mais espetacular destas seria a implantação de um enclave holandês em Pernambuco que perduraria por um quarto de século. Por outro lado, a união diluiu as restrições políticas impostas pelo Tratado de Tordesilhas e facilitou o trânsito de exploradores lusos e locais rumo ao interior do Brasil, ocupando seu território e estabelecendo os marcos que serviriam para definir as atuais fronteiras do país.

No período em que o Brasil colônia tomava corpo, os Países Baixos experimentavam uma transformação política e social inovadora, que resultaria na consolidação neerlandesa como potência comercial. Processo semelhante havia passado a Liga Hanseática nos duzentos anos que antecederam o descobrimento da América: uma união de vilas em que uma burguesia embrionária assumia o poder decisório e estabelecia alianças comerciais e fluxos de navegação, culminando em acordos institucionais de administração e exercício da justiça conjuntos. Em 1579, os holandeses proclamam sua independência, na forma de uma república que unia 19 regiões, sob a liderança da casa de Orange-Nassau, dando início a uma guerra com a Espanha (os Países Baixos eram então uma província espanhola) que se estenderia por oitenta anos, resultando na exaustão do império espanhol e na expansão comercial

---

419 Espanha e Portugal mantinham políticas de enlacs matrimoniais como forma de construir alianças e estender influências e o território de seus reinos. Carlos I, pai de Filipe II, era cunhado de João III, pai de D. Sebastião, por ser casado com Isabel, irmã de D. João. Desse modo, Sebastião e Filipe eram primos. D. João III, após ficar viúvo, casou-se com Juana, irmã de Filipe II, mãe de D. Sebastião. Desse modo, Filipe II era também tio de D. Sebastião. Enfim, Filipe II havia sido casado com Maria, filha de D. João III e meia irmã de D. Sebastião. Por essa união, os dois reis eram também cunhados.



e militar dos holandeses.<sup>420</sup> Nesse contexto, a Espanha bloqueou o acesso dos navios neerlandeses aos portos portugueses e brasileiros, prejudicando o comércio de açúcar, que até então contava com uma parceria luso-neerlandesa para investimento e transporte da especiaria.<sup>421</sup> Em decorrência, os Países Baixos criaram em 1621 uma companhia comercial e militar, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), com monopólio de comércio no Atlântico, que iria financiar as incursões no Brasil.<sup>422</sup>

Em Pernambuco, a ocupação neerlandesa em 1630 foi confrontada com a resistência dos moradores locais e levou cinco anos para consolidar uma colônia, que foi batizada de Nova Holanda. Nos anos seguintes, desenvolveu-se uma convivência comercial entre portugueses e neerlandeses, levando a um período de liberdade empresarial, de expansão urbana e de florescimento cultural durante o governo de Maurício de Nassau, de 1636 a 1643. Os holandeses mantiveram escolas primárias, com uma política

---

420 Um dos episódios mais conhecidos desse longo ciclo de desgaste que marcou o reino de Filipe II foi a frustrada tentativa de invasão da Inglaterra em 1588, que resultou na perda de uma parte significativa da armada de alto mar espanhola. A Espanha iria, a partir de então, modernizar e reduzir sua frota, priorizando a proteção aos comboios de transporte de metais preciosos entre a metrópole e o México. Consequentemente, abriria o espaço marítimo ao domínio da Inglaterra.

421 Evaldo Cabral de Mello coloca em dúvida o alcance do suporte comercial e financeiro da Holanda ao mercado internacional de açúcar do século XVI, mas destaca que “o que existe de concreto é que navios holandeses, apenas disfarçados em embarcações pertencentes a comerciantes portugueses, assumiram uma proporção substancial do tráfego entre o Brasil e a Europa e que essa participação continuou a crescer, a despeito da união das coroas portuguesa e espanhola”. Durante a trégua entre Espanha e Holanda, entre 1609 e 1621, os neerlandeses chegaram a controlar dois terços da navegação entre Brasil e Portugal (MELLO, 2009: 165).

422 GUARACY, Thales. **A criação do Brasil, 1600-1700**. São Paulo: Planeta, 2018, p. 188-189.



educacional que tolerou certo grau de diversidade religiosa,<sup>423</sup> havendo menção à presença de frades católicos e educadores de origem judaica na colônia. Em 1654, os neerlandeses seriam finalmente expulsos do Brasil, quatorze anos após a separação entre os reinos de Portugal e Espanha e a ascensão ao trono português da casa de Bragança.<sup>424</sup>

Em um quadro mais amplo, foi durante esse período que os holandeses implantaram bases comerciais no Ceilão, na Indonésia e no Japão, encerrando o domínio dos portugueses sobre o comércio com a Ásia. A partir de então, o olhar de Portugal se voltaria, cada vez mais, ao Brasil.<sup>425</sup>

A narrativa da resistência e da expulsão dos holandeses representaria o ponto de partida da construção do sentimento de vinculação dos brasileiros ao território e de fusão racial da população local. Em Guararapes nascia o sentimento de brasilidade.

A presença de ordens regulares no Brasil não era unicamente de jesuítas. Frades franciscanos acompanhavam as expedições portuguesas desde o descobrimento e há notícias de sua atuação em Porto Seguro desde 1516. O primeiro convento franciscano seria instalado em Olinda, em 1585. Os primeiros beneditinos chegaram a Salvador em 1566 e em 1584 teriam seu mosteiro na cidade elevado a abadia. Os frades carmelitas foram trazidos pela expedição de Frutuoso Barbosa à Paraíba em 1580 e fundaram

---

423 Houve, por outro lado, episódios de agressão a algumas dessas escolas e de confronto político-religioso, emergindo um quadro ambíguo a esse respeito. Episódio cruel, hoje encenado anualmente em Canguaretama, foi o massacre de oitenta católicos no Engenho de Cunhaú e na comunidade de Uruaçu, no atual Rio Grande do Norte, em 1645. A execução dos fiéis foi realizada pelos calvinistas e por índios potiguares na capela do engenho e na igreja da localidade, no momento da celebração da missa (Ver, por exemplo, OLIVEIRA, 2003 e WREGÉ, 2005).

424 NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)**. São Paulo: Melhoramentos, 1989, p. 53. GUARACY, Thales. **A criação do Brasil, 1600-1700**. São Paulo: Planeta, 2018, p. 198-203.

425 EAKIN, Marshall C. **The history of Latin America: collision of cultures**. Nova York: St. Martin's Griffin, 2007, p. 120.



seu primeiro convento em Olinda em 1583. Frades capuchinhos mantiveram atividades em São Luís e em Recife a partir de 1612, mesmo durante a ocupação holandesa. Data da unificação entre Portugal e Espanha o início da atuação de outras ordens religiosas e de padres seculares vinculados a ordens organizadas em território brasileiro. Os jesuítas manteriam, porém, uma atuação preponderante na manutenção de escolas na colônia até o período pombalino. Deve-se destacar, ainda assim, que não foram apenas os jesuítas a se engajar na educação fundamental da população das colônias portuguesas. Os franciscanos mantinham escolas regulares em suas missões para catequização e alfabetização. Em 1596, os frades carmelitas já mantinham uma escola e um curso de teologia em Olinda.<sup>426</sup>

A atuação da Igreja Católica ia muito além da oferta de escolaridade básica. Como apontam Eakin<sup>427</sup> e Evangelista,<sup>428</sup> o papel dos religiosos alcançava muitas das funções que nos dias de hoje seriam consideradas serviços sociais. Além da educação básica, mantinham ambulatórios, acolhiam órfãos e mulheres solteiras, providenciavam e custeavam velórios e enterros. A administração religiosa corria em paralelo com a burocracia da Coroa e

---

426 FÁVERO, op. cit., p. 93-94. CARVALHO, Cristina T. **A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792)**. Reverteo – Revista Eletrônica Espaço Teológico, v. 2, 2007, p. 2. HONOR, André C. **O envio dos carmelitas à América portuguesa em 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação**. Revista Tempo, 20: 1-19, 2014, p. 4-6. SANGENIS, Luiz F.; MAINKA, Peter J. **Presença franciscana e supremacia jesuítica no campo da história e da história da educação na época colonial: Um diagnóstico na pesquisa historiográfica a partir da análise dos CBHE da SBHE**. Revista Brasileira de História da Educação, 19, 2019, p. 12-13. SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone S. **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759)**. Interações, 18 (4): 185-196, out/dez. 2017, p. 186-187.

427 EAKIN, op. cit., p. 110-111.

428 EVANGELISTA, Helio A. “Território e oração. A geografia da Igreja Católica brasileira. Um olhar para a cidade do Rio de Janeiro”. In: EVANGELISTA, Helio A. **Aspectos históricos da geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 21-26.



se configurava como um braço do Estado, dotado de autonomia e capaz de confrontar as decisões de outros agentes, dentro da lógica do patronato real.<sup>429</sup> Com o tempo, algumas dessas ordens chegariam a deter um patrimônio de certa monta, administrar terras, sustentar comunidades e proteger militarmente sua área de influência.

A etapa inicial do desenvolvimento da educação formal no Brasil perdurara por dois séculos, de 1550 até 1750. Dois processos históricos levariam Portugal a mudar sua atitude perante as colônias e optar por um modelo centralizador de administração: a laicização do poder real e a necessidade de retomar controle sobre os fluxos de comércio entre a Metrópole e seu território colonial. Nessa transição, a figura do marquês de Pombal é central. Examinemos então esse período.

Contextualizar a mudança de postura da administração de Portugal que coincide com a ascensão de D. José I ao trono demanda um breve olhar ao que ocorria no continente europeu. Paralelamente ao ciclo de expansão colonial ibérica, uma transformação cultural e ideológica varreria a Europa em decorrência da Reforma, movimento que se iniciaria em 1517 e levaria parte do continente a se afastar da Igreja católica e se reorganizar em igrejas autônomas. Embora iniciado como reação a práticas de Roma, em particular a venda de indulgências, o movimento protestante teve entre suas motivações conflitos entre autoridades eclesiásticas e monarcas em torno das propriedades da Igreja, o desejo de legitimação de práticas capitalistas emergentes, como a usura e o financiamento, que conflitavam com a doutrina católica, e o gradual desaparecimento da economia medieval apoiada nas relações de servidão, que sustentava a pequena nobreza. Até

---

429 Relação de Portugal e Espanha com o papado, em que os estados pontifícios recebiam apoio pecuniário e proteção militar em troca da cessão do direito de nomear as autoridades eclesiásticas. Desse modo, os religiosos portugueses serviam a dois senhores, o Papa e o rei de Portugal.



1600, cultos protestantes foram adotados no norte do Sacro Império, nos países escandinavos, nos Países Baixos, na Inglaterra e na Suíça. Movimentos em outros países, como no sul da França, na Boêmia e na Hungria, foram reprimidos ao longo do século XVI e da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). A reação da Igreja católica a partir do Concílio de Trento, aberto em 1545 e que se prolongaria até 1564, reforçou a doutrina da revelação pelas Escrituras completada pela Tradição, as teses católicas do pecado original e da justificação pela misericórdia divina e pelas obras, a forma dos sacramentos e a legitimidade da invocação de santos e da veneração a imagens e relíquias. Também foram promovidas iniciativas de mudança na formação do clero, de confirmação do celibato clerical, de condenação de práticas de venda de indulgências e de criação do *index* de livros proibidos. Ao longo do concílio, ficou gradualmente evidenciada a impossibilidade de reintegração dos protestantes e de reconhecimento por estes da autoridade papal.

Merece ser destacado, nesse mesmo período, o avanço científico a partir do desenvolvimento da matemática e da física, que culminaria em 1687 com a publicação dos *Princípios de Filosofia Natural*, de Isaac Newton. Nesse meio tempo, além de uma variedade de máquinas de guerra e de armas de fogo, uma extensa relação de invenções viabilizou a exploração dos princípios da mecânica e sua aplicação aos processos produtivos: microscópio (1590), termômetro (1592), telescópio (1608), calculadora (1642), barômetro (1643), bomba de vácuo (1650), relógio de pêndulo (1656), motor a pistão (1680). Desse modo, foram estabelecidos os fundamentos da revolução industrial que se consolidaria no século XVIII. Alguns autores também apontam a publicação dos *Princípios* como o marco inicial do Iluminismo, movimento intelectual que alcançaria a maturidade por volta de 1750, com uma sucessão de publicações influentes: *O Espírito das Leis*, de



Montesquieu (1748), *Enciclopédia*, de Diderot (a partir de 1751), *O Contrato Social*, de Rousseau (1762), *Dicionário Filosófico*, de Voltaire (1764), *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1776).

Os países ibéricos mantiveram-se à margem desses desenvolvimentos e controvérsias. Embora intelectualmente a elite portuguesa mantivesse contato com essas obras e absorvesse algumas de suas teses, Portugal e Espanha perpetuaram, desde sua separação em 1640, o sistema colonial em curso e a doutrina que o sustentava.<sup>430</sup> A extração de prata do México pelos espanhóis e de ouro brasileiro pelos portugueses a partir de 1700<sup>431</sup> preservaria a posição de entreposto das metrópoles e a manutenção de suas políticas de favorecimento às hierarquias internas das suas sociedades. Subjacente ao ambiente de fausto de suas Cortes já se evidenciava, porém, o declínio de ambos os países como potências comerciais e militares de outrora, já superadas pela ascensão dos Países Baixos e, mais adiante, da Inglaterra, que iria assumir o papel de grande potência naval ao longo do século XVIII.

Nesse contexto, os impulsos das reformas empreendidas por Pombal foram os de retomar controle sobre o comércio no Atlântico, apropriado por holandeses, ingleses e franceses no século XVII, de reforçar o caixa do reino por meio do controle do comércio do ouro e da cobrança de impostos sobre as colônias, para angariar recursos que pudessem cobrir as políticas distributivas da Corte

---

430 Blenda Moura aponta que a escassa disseminação das ideias iluministas em Portugal resultaria da “falta de espaços que possibilitassem a sociabilidade intelectual”. Nesse contexto, o confronto entre a tradição escolástica, representada principalmente pelos jesuítas, e a postura racionalista, abraçada pelos oratorianos, dar-se-ia no interior da igreja católica, refletindo-se principalmente nas propostas pedagógicas adotadas pelo sistema de ensino português (Moura, 2009, p. 30-31).

431 As minas de Potosí, na atual Bolívia, descobertas em 1545, embora mantenham uma produção marginal até hoje, já haviam perdido relevância por volta de 1700, quando o México se tornaria o maior produtor mundial de prata. A cidade de Potosí, que chegara a ter 150 mil habitantes por volta de 1600, estava reduzida, em 1825, a oito mil moradores.





e os saldos de comércio com os países europeus, em especial a Inglaterra, e de promover o conhecimento científico e a produção autônoma na Metrópole. No horizonte externo, o apoio às reformas vinha da aliança histórica com a Inglaterra. No horizonte interno, de uma nova nobreza leal à Coroa, que Pombal se esforçou por nomear e prestigiar, ao tempo em que perseguia antigas famílias.<sup>432</sup> Eakin observa:

Três princípios orientaram tanto as reformas dos Bourbon na Espanha quanto as reformas pombalinas no império português: racionalizar, centralizar e nacionalizar. Em um momento em que a monarquia britânica via seu poder doméstico ser gradualmente erodido e o poder do parlamento crescer, as monarquias ibéricas moviam-se em sentido oposto, em um esforço para impor regimes verdadeiramente absolutistas, regidos por monarcas esclarecidos... Em Portugal, o pulso forte por trás da reforma era o de Sebastião José de Carvalho e Mello, posteriormente marquês de Pombal, no poder entre 1750 e 1777. Semelhante a uma versão precursora de primeiro-ministro, Pombal se tornaria um virtual ditador, servindo a D. José I, um monarca aparentemente mais interessado na boa vida da Corte do que nos áridos detalhes da administração imperial.<sup>433</sup>

Nos primeiros anos de sua administração, Pombal rapidamente deslocou-se de uma convivência com as ordens religiosas para uma perseguição sistemática dos jesuítas, buscando refrear o poder da Igreja católica. Pombal assumiu o controle da Inquisição, usando-a para seus objetivos políticos. As iniciativas pombalinas culminaram, em 1759, na expulsão dos jesuítas do Brasil e das demais colônias do império. Oito anos depois, os membros da Companhia seriam também expulsos das colônias espanholas e

---

432 Um episódio icônico foi o indiciamento e a cruel execução do Marquês de Távora e sua família, acusados de organizar um suposto atentado contra o rei em 1758.

433 EAKIN, op. cit., p. 152. Original em inglês; tradução livre.



exilados na Itália. O papa extinguiu a ordem em 1773. Seria restabelecida quarenta anos depois, em 1814.

Reconhecendo a importância do Brasil para a economia do império, Pombal vincularia o Estado do Grão-Pará e Maranhão diretamente a Lisboa, transferindo sua capital para Belém em 1751. O Estado do Brasil, que alcançava o restante do país, teve a capital deslocada de Salvador para o Rio de Janeiro, decisão tomada em 1763, tanto por razões geográficas (o Rio era mais central e propiciava melhor supervisão sobre Minas Gerais e o Sul) quanto econômicas (o Rio centralizava o comércio legal de escravos e o traslado do ouro e pedras de Minas para Portugal). Data de então a adoção do título de vice-rei, em lugar de governador geral, para o governador do estado.

Na educação, a administração pombalina adotou o método de ensino proposto pelos padres da Congregação do Oratório,<sup>434</sup> destinado à introdução do ensino das ciências da natureza no currículo escolar e a uma abordagem sistematizada das disciplinas clássicas, esvaziando-a do suporte aristotélico subjacente à abordagem escolástica dos jesuítas. A política indigenista da administração pombalina também marcou uma mudança de enfoque, optando por uma administração laica e pela supressão das atividades de catequese. Conforme explica Honor, ao comentar a diminuição da presença da ordem carmelita no Brasil:

Essa situação só iria se alterar na segunda metade do século XVIII, quando a política indigenista pombalina transformou gradualmente os aldeamentos em vilas. Os mesmos motivos que trouxeram os carmelitas para as terras do além-mar no século XVI também são

---

434 A Congregação do Oratório foi criada em 1565, em Roma, por S. Filipe Neri, como parte do programa de Contrarreforma, para formação de padres seculares (conhecidos como oratorianos ou filipinos), voltados a atividades de educação básica e caridade. Outras congregações oratorianas foram criadas, ao longo do século XVII em vários países da Europa. No Brasil, os oratorianos chegaram por volta de 1660 em Pernambuco, após a expulsão dos neerlandeses.



parte dos motivos que explicam sua decadência a partir do final do século XVIII. A supressão da catequização dos indígenas, optando-se por uma administração laica, a predileção do clero secular em detrimento do regular na celebração dos rituais católicos, o aumento no número de dioceses e a desvinculação do Brasil a Portugal – todos esses motivos aliados a uma política romana de supressão das ordens religiosas – tornaram a presença dos regulares na América quase obsoleta.

Após o duro golpe sofrido durante o reinado de D. José I (1750-1777), o clero regular conseguiu diminuir o ritmo desse processo de decadência durante o governo de D. Maria I (1777-1799), por se tratar de uma rainha extremamente devota, que custeava a construção e reformas das igrejas. Todavia, não houve renovação do papel a ser exercido pelos membros do clero regular na América portuguesa. Com a ascensão de D. João VI (1799-1826) ao trono português, prosseguiu-se com a política de supressão das ordens religiosas em Portugal e seus domínios. Sem conseguir reestruturar seus propósitos, os carmelitas esmaeceram até quase desaparecer.<sup>435</sup>

Os efeitos da expulsão das ordens religiosas sobre o sistema de ensino existente no Brasil foram devastadores, pois o ensino laico foi incapaz de suprir a demanda existente. As poucas aulas eram frequentadas por um número elevado de alunos, ficando sua qualidade comprometida. O processo foi agravado pela explosão populacional da colônia no ciclo do ouro: a população decuplicou entre 1700 e 1800, passando de 300.000 para 3.000.000 de habitantes aproximadamente. Para remediar o colapso, buscou-se em 1759 prover as vagas de professor abertas, com sucesso limitado. Ordens religiosas menos afetadas, como beneditinos, franciscanos e carmelitas, mantiveram colégios que supriram, em parte, a carência da estrutura jesuíta. Somente em 1773, com a criação

---

435 HONOR, André C. O envio dos carmelitas à América portuguesa em 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação. *Revista Tempo*, 20: 1-19, 2014, p. 18.



de um subsídio literário, taxa imposta a bebidas alcoólicas e ao vinagre, para custeio de despesas de instrução, viabilizou-se o funcionamento de aulas régias de primeiras letras e estudos clássicos. Para o Brasil, nomeiam-se preponderantemente professores de gramática latina. De um modo geral, o ensino no Brasil tornou-se deplorável e os professores, mal vistos.<sup>436</sup>

A criação de cursos superiores no Brasil sempre foi coibida pela Metrópole. Fávero<sup>437</sup> destaca que os jesuítas foram proibidos de abrir faculdades desde o século XVI. Flores<sup>438</sup> cita alguns dos colégios jesuítas e franciscanos que ofereciam cursos superiores no Brasil, destinados à formação de religiosos e professores da ordem, sendo eventualmente abertos a leigos, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará. Esses cursos foram, em sua maioria, extintos com a reforma pombalina.

A alternativa para os brasileiros era conseguir matrícula em Coimbra e em outras universidades europeias. Destaca Niskier:

Ao contrário do que se poderia supor, desde o século XVI abriram-se aos estudantes brasileiros as portas daquele estabelecimento. No século XVII, 363 estudantes nascidos no Brasil matricularam-se em diversos cursos da famosa universidade portuguesa. No século seguinte, elevou-se o número de estudantes brasileiros em Coimbra para 1.749. Lá estiveram, entre outros, Gregório de Matos, os irmãos Alexandre e Bartolomeu de Gusmão, José Alvares Maciel,

---

436 NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)**. São Paulo: Melhoramentos, 1989, p. 53. MENDONÇA, Ana W.; PAPADOPOULOS, Cátia; LIMA, Cecília N.; CARDOSO, Luciana F.; SANTOS, Pablo B.; SOARES, Renata S.; MACEDO, Roberta R.; ALMEIDA, Wania M. Os professores régios dos estudos secundários: balanço final de uma (longa) pesquisa. In: CARDOSO, Tereza L. (org.). **História da profissão docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

437 FÁVERO, Maria de Lourdes A. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. Educar, 2006, p. 20.

438 FLORES, Sharon R. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história da colônia à República. **Revista Internacional de Educação Superior (RIESUP)**, 3 (2): 401-416, mai./ago. 2017, p. 402-403.



Alvarenga Peixoto, José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Joaquim José de Azevedo Coutinho, Baltazar da Silva Lisboa e Antônio de Moraes e Silva.<sup>439</sup>

Outras universidades europeias receberam alunos brasileiros de renome. Em Montpellier estudaram José Joaquim da Maia e Barbalho, Faustino José de Azevedo, Manuel Arruda da Câmara, Inácio de Seixas Brandão, Jacinto José da Silva Quintão, Inácio Ferreira da Câmara, José Mariano Leal da Câmara Rangel e Gusmão, Joaquim José de Souza Ribeiro, Eleutério José Delfim, Vicente Gomes da Silva, Francisco Arruda da Câmara, Manuel Joaquim de Souza Ferraz, José Joaquim de Carvalho, José Joaquim Vidigal de Medeiros. Em Bordéus formou-se Domingos Vidal de Barbosa Laje.<sup>440</sup>

A alternativa disponível àqueles que desejassem prosseguir os estudos e não dispusessem de tempo ou recursos para viajar à Metrópole era matricular-se como “aulista” junto a um professor autorizado. Havia, por exemplo, aulas régias de engenharia militar e de filosofia no Rio de Janeiro que formavam o aluno em sete ou oito anos.<sup>441</sup> Souza<sup>442</sup> inclui, entre aqueles que seguiram essa alternativa para sua formação, o cônego Januário da Cunha Barbosa, o padre Diogo Antônio Feijó, Cipriano Barata, João Lisboa Soares, frei Caneca e Luís Gonçalves dos Santos.

---

439 NISKIER, op. cit., p. 66.

440 Comparativamente, aponta Sérgio Buarque de Holanda, as universidades latino-americanas formavam bacharéis aos milhares. Entre 1775 e 1821 formaram-se 720 brasileiros em Coimbra. No mesmo período, só a Universidade do México graduou 7.850 bacharéis e 473 licenciados. Da mesma forma, enquanto no Brasil a imprensa era proibida até 1808, no México se imprimiram no período 11.650 obras distintas. Esses números dão uma dimensão comparativa da precariedade da educação e da cultura no Brasil Colônia. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição Comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

441 NISKIER, op. cit., p. 61.

442 SOUZA, Iara L. C. **A independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 16.



Não se deve pensar, no entanto, que tal construção de política educacional fosse mal recebida nas colônias. Como aponta Souza,<sup>443</sup> “a boa carreira de um estadista e burocrata, no mundo português, começava em Coimbra, passava, muitas vezes, pela Academia (onde, de bom grado, atuaria em sua gestão) e, a serviço do Estado, trabalharia em várias partes do império, galgando cargos e tentando alcançar a esfera de decisão situada na Corte”. Esse caminho estava aberto às boas famílias das colônias.<sup>444</sup> A ocupação de ofícios públicos e a participação nas iniciativas de expansão do império eram sinais de prestígio e moeda de troca nas relações entre as elites das colônias e a Corte de Lisboa, lembram Fragoso<sup>445</sup> et al.

O sistema político e administrativo de Portugal e suas colônias evoluiu, em suma, de uma tradição medieval que manteve uma continuidade ao longo do ciclo das navegações, associando o poder temporal e o poder religioso nas várias facetas da conquista de territórios e da criação de enclaves comerciais. A península ibérica manteve-se alheia às transformações decorrentes da Reforma e da Contrarreforma e, mais adiante, do ciclo de mudanças econômicas decorrentes do liberalismo e da construção do modelo capitalista, preservando uma lógica econômica mercantilista e uma burocracia patrimonialista que já vinham sendo abandonadas

---

443 SOUZA, *ibidem*, p. 14.

444 Isto não deve ser entendido como uma sugestão de que as relações entre Metrópole e colônia fossem pacíficas. Em uma sociedade baseada no trabalho escravo e, portanto, inerentemente violenta, as revoltas contra as autoridades repetiam-se, provocadas pelo peso dos tributos, pelo rigor das disposições metropolitanas, pela corrupção dos governos locais e, gradualmente, pelo contato com ideias liberais: Revolta da Cachaça (Rio, 1660), rebeliões em Olinda (1666), Sergipe (1671) e Maranhão (1684), Motim do Maneta (Salvador, 1711), sedições em Catas Altas (1717), Pitangui (1717), Vila Rica (1720) e Motins do Sertão (1736), Guerra dos Mascates (Recife, 1710), a Conjuração Mineira (Vila Rica, 1789), Revolta dos Alfaiates (Salvador, 1798).

445 FRAGOSO, João L.; ALMEIDA, Carla M.; SAMPAIO, Antonio C. **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 22.



pelas novas potências coloniais, Países Baixos e Inglaterra. Assim, em meados do século XVIII, as nações ibéricas ver-se-iam em uma situação de declínio econômico e de corrosão de poder que, tardiamente, se esforçariam por enfrentar, com reformas administrativas e imposições que, entre outros efeitos, degradariam profundamente o ensino no Brasil.

Em grande medida, no entanto, as reformas pombalinas fracassaram. A centralização e racionalização administrativas foram bem-sucedidas. A revitalização econômica, não. Embora, com o ciclo do ouro e a continuidade da economia açucareira, o comércio no Atlântico tenha aumentado dramaticamente no período pombalino, passou a ser controlado pela intermediação comercial britânica e, em menor medida, holandesa. Parte da produção brasileira, além disso, era desviada por rotas de contrabando, em especial por Salvador e Buenos Aires, escapando da tributação real. Portugal, embora detivesse algum controle da produção no Brasil e de parte expressiva do transporte entre colônia e Metrópole, operava como entreposto comercial com o restante da Europa, sem lograr desenvolver atividades de agregação de valor em seu território.

Nos sessenta anos que se seguiram à ascensão de Pombal, essa orientação estabeleceu uma relação econômica e cultural entre Metrópole e colônias que é peculiar ao domínio português. No entanto, no universo luso, a posição do Brasil foi sendo transformada, ao final do século XVIII, em um momento em que o ciclo do ouro havia-se esgotado e uma nova concepção de império ultramarino teria que ser construída. A subalternidade de colônia foi dando lugar a um espaço de compartilhamento de interesses e equiparação de posições sociais entre reinóis e brasileiros. A quebra da assimetria entre a Metrópole e sua principal possessão iria se dar, enfim, com as guerras napoleônicas, a ocupação de Portugal e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808.





## Efeitos da vinda da Corte ao Rio de Janeiro sobre a educação no Brasil

A vinda da Corte para o Rio de Janeiro transformou a vida da colônia, tanto em termos de hábitos e oportunidades, graças às muitas iniciativas econômicas e culturais vinculadas ao governo que aportava, quanto em termos de unificação do país, pela presença do regente e pela política de consolidação territorial que conduziu. Trata-se, provavelmente, da mais rápida e espetacular mudança de sede de governo da história. A aliança de Portugal com a Inglaterra tornara os portugueses inimigos naturais dos franceses ao longo de todo o ciclo de expansão napoleônica, expondo-os a seguidas demandas e ameaças. Embora D. João VI tivesse nutrido por uma década a possibilidade de transferência da Corte para o Brasil como alternativa à deposição por uma ocupação francesa, o processo foi iniciado e conduzido em poucos dias.<sup>446</sup> A família real e um séquito de dez mil pessoas,<sup>447</sup> bagagens, pertences, arquivos e tesouros deixou Lisboa e lançou-se ao destino poucas horas antes das forças napoleônicas chegarem à cidade.

Escapa aos objetivos deste texto examinar as enormes implicações dessa aventura política para Portugal e Brasil. O leitor interessado tem a seu dispor textos instigantes, como Souza,<sup>448</sup>

---

446 D. João emitiu a ordem de embarque no dia 24 de novembro de 1807. A família real reuniu-se no porto e embarcou no dia 27. No dia 29 as naus deixaram Lisboa. CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque, 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 21. SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 162.

447 Há quem diga que teriam sido quinze mil.

448 SOUZA, op. cit., passim.



Chagas,<sup>449</sup> Gomes<sup>450</sup> e Schwarcz e Starling,<sup>451</sup> para lembrar o processo como um todo. Permaneceremos, aqui, centrados no exame da educação e formação das elites brasileiras e da influência desse contexto no modo como a construção da Independência se conduziu.

A importância dada por D. João VI à educação não deve ser minimizada. Como exemplo, lembremos que o primeiro ato joanino ao chegar ao Brasil, em 28 de janeiro de 1808, ainda em Salvador, foi declarar a abertura dos portos às nações amigas, uma medida econômica. O segundo ato, expedido em 18 de fevereiro, cria a Escola de Cirurgia no Hospital Real de Salvador. Dias depois, em 23 de fevereiro, institui uma cátedra de ciência econômica no Rio de Janeiro e nomeia para ocupá-la José da Silva Lisboa (mais um bacharel formado em Coimbra), futuro visconde de Cairu no Primeiro Império.

Fávero<sup>452</sup> aponta que D. João VI criou escolas de medicina (em 1808, implantadas pelo médico pernambucano José Correia Picanço<sup>453</sup> na Bahia e no Rio de Janeiro), academias militares (Academia Real da Marinha em 1808 e Academia Real Militar em 1810), a Biblioteca Real (1810), o Jardim Botânico (1810), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) e o Museu Real (1818). Instala a Imprensa Régia (1808), iniciando a publicação de um jornal oficial no Brasil, bem como, mais adiante, de livros didáticos. Flores<sup>454</sup> lembra que D. João VI autorizou, também, a criação

---

449 CHAGAS, op. cit., p. 17-58.

450 GOMES, Laurentino. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a **História de Portugal** e do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014, passim.

451 SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, op. cit., p. 151-199.

452 FÁVERO, op. cit., 2006.

453 Picanço se licenciara em medicina em Coimbra e recebeu o doutorado na Universidade de Paris.

454 FLORES, op. cit., p. 405.



de cursos jurídicos em Olinda e em São Paulo (1817). Algumas dessas iniciativas eram pouco mais do que aulas régias de alguns professores e, em alguns casos, os indicados sequer chegavam a assumir de fato a tarefa. Esses cursos, no entanto, representaram os embriões de futuras instituições acadêmicas. Iniciava-se, assim, a construção de uma estrutura de ensino superior no Brasil, de caráter profissionalizante, orientada à fundação de faculdades isoladas em lugar de instituições universitárias abrangentes, política que se estenderia até a República. Teríamos que esperar a década de 1920 para implantarmos nossas primeiras universidades.

Tal continuidade de iniciativas revela, por um lado, uma estratégia de transferir de modo efetivo a administração do império colonial para o Rio de Janeiro, recriando na cidade fluminense as instituições que faziam efetivamente funcionar a Corte, não apenas em termos administrativos, mas também na dimensão simbólica e na distribuição de benefícios e privilégios. Mostrava-se, assim, que a vinda da Corte ao Brasil não era apenas uma questão de conjuntura, mas também de estratégia de longo prazo.

Por outro lado, a postura ilustra a mentalidade da geração que veio ao Brasil e que compunha o gabinete de D. João VI, formada por homens que combinavam uma educação refinada, uma exposição a ideias ilustradas e uma lealdade à Corte e seus valores em igual proporção. O gabinete de D. João não era constituído por pessoas apenas de título nobiliárquico, mas também de qualidades técnicas e visão política aguçadas.

A figura de D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, é representativa dessa geração. Advogado formado em Coimbra, era afilhado do marquês de Pombal e grande amigo de José Bonifácio e do abade Correia da Serra, diplomata e fundador da Academia de Ciências de Lisboa. Foi embaixador português na Corte da Sardenha e em Turim, por dezessete anos, de 1779 a 1796. D. João o chamou para integrar seu gabinete como secretário da Marinha



até 1801, depois como presidente do erário real por dois anos, até 1803. Afastado do governo por quatro anos, retornaria em 1807 como ministro do reino, com a mudança da Corte para o Brasil. Foi o principal estrategista econômico de D. João VI nesse período, tendo apoiado iniciativas de abertura comercial e de implantação de uma indústria siderúrgica no país.<sup>455</sup> “Defendia a fundação de um império luso-americano, com sede na sua porção mais rica, o Brasil, como solução à crise que se abatia sobre o reino.”<sup>456</sup>

D. Rodrigo e José Bonifácio mantiveram correspondência regular por cerca de quinze anos, desde 1799, ano em que o patrono da Independência foi apresentado ao estadista português, até 1812, ano em que D. Rodrigo viria a falecer. Nesse período, José Bonifácio ocuparia, sucessivamente, cadeiras acadêmicas e cargos de governo, sempre ligados à pesquisa mineral e à metalurgia, suas áreas de especialização, sob a influência de D. Rodrigo. Este último preocupava-se com a viabilidade de exploração de minérios no império português, sobretudo após o esgotamento do ouro de Minas Gerais. Assim, José Bonifácio representaria um perfil também característico da geração que discutiria os destinos do Brasil: um homem de ciência, com formação refinada para a época, simultaneamente exercendo papéis de investigação técnica e de função pública na burocracia da Corte. Nesse sentido, aponta Varela:

(...) observa-se a sua adesão ao modelo do homem de ciência organicamente ligado ao Estado, que aceitava inteiramente a lógica e os valores de uma sociedade hierarquizada, estabelecida, organi-

---

455 Em estranha antevisão, D. Rodrigo escreveria a José Bonifácio que “não só em Sorocaba, mas em Minas Gerais e Serro Frio teremos grandes estabelecimentos de minas de ferro, que nos darão todo o ferro de que necessitamos, e para exportar para a Ásia” (VARELA, 2008: 7).

456 VARELA, Alex G. **Ciência e patronagem na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Pai e Protetor) e José Bonifácio de Andrada e Silva (venerador sincero e criado humilíssimo) (1799-1812)**. Artigo submetido ao XIII Encontro de História ANPUH. Rio de Janeiro, 2008, p. 2.



zada por ordens, classes, e corpos diferenciados pelas dignidades, honras, onipresença do privilégio e categorias. O Estado atribuía ao estudioso das ciências honras e privilégios, conforme o costume e a lógica do Ancien Régime. O compromisso com o monarca e com o sistema de organização da vida intelectual assente no patronage permitia aliás, desenvolver a fundo as potencialidades do método científico e aumentar o número dos protagonistas em virtude dos financiamentos, das pensões, dos privilégios alargados pelo soberano. O homem de ciência do século XVIII, no contexto do antigo regime, era basicamente um funcionário do Estado, cujas atividades eram financiadas pelos monarcas, revelando assim o pacto tácito com o poder.<sup>457</sup>

Se outros membros de gabinete de D. João VI nem sempre compartilhavam a visão de longo prazo de D. Rodrigo, tinham qualificações de igual envergadura. Por exemplo, António de Araújo e Azevedo, conde da Barca, cursou filosofia em Coimbra sem se formar e foi matemático e químico. Foi embaixador na Haia, na França, na Rússia e ministro do reino antes de Coutinho. No Rio, deixa a política para dedicar-se a um laboratório para ensino de química e um acervo de botânica. Em 1814, volta ao governo, como ministro da Marinha. Fernando José de Portugal e Castro, vice-rei do Brasil até 1806, formado em direito em Coimbra, foi ministro da Guerra, dos Negócios Estrangeiros e presidente do Real Erário de D. João VI. João Paulo Bezerra de Seixas, barão de Itaguaí, bacharel formado em Coimbra, foi ouvidor em Vila Rica, embaixador nos Estados Unidos e na Rússia e ministro dos Negócios da Fazenda de D. João VI em 1817. Silvestre Pinheiro Ferreira, que ocupou cargos de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, formado em filosofia com os oratorianos, foi professor em Coimbra e deixou extensa obra didática em filosofia e traduções de obras de Aristóteles. Tomás

---

457 VARELA, *ibidem*, p. 2.



Antônio de Vila Nova Portugal era bacharel e doutor formado em Coimbra e foi desembargador e ministro do reino de 1817 a 1821.

Contrastando com as credenciais acadêmicas dos homens da Corte, a população brasileira era predominantemente iletrada. Apesar dos números imprecisos de que se dispõe, estima-se que na vila de São Paulo, por exemplo, o analfabetismo chegasse no período a 97% da população. O número espantoso parece mais compreensível se lembrarmos que a economia brasileira era agrária e, devido à escassez de numerário, as transações eram predominantemente de escambo, dispensando escrituração. Outro aspecto a ser considerado era que o Brasil, na época da Independência, ainda que afetado pelo crescimento populacional explosivo dos cem anos precedentes, era ainda um país escassamente habitado e em cuja população a presença do escravo era elevada. Segundo dados reproduzidos por Veiga,<sup>458</sup> em 1823 a população total do Brasil era de 3,96 milhões de habitantes, dos quais 2,81 milhões, ou 71%, eram livres e 1,15 milhões, ou 29%, eram escravos.<sup>459</sup> Em termos de origem étnica, 31% eram brancos, 31% eram negros, 34% mestiços e 4% índios. Após a Independência, apenas uma parcela pequena da elite brasileira teria participação política efetiva. Como o direito do voto vinculava-se à renda, categorias profissionais inteiras ficavam afastadas das decisões políticas, ainda que não do debate. Os professores, por exemplo, só puderam

---

458 VEIGA, Cynthia G. Schooling, organization of the constitutional monarchy and the education of citizens (Brazil, 1822–1889). *Paedagogica Historica*, 49 (1), p. 34-42, 2013.

459 Esses números constam de uma Memória Estatística do Império do Brasil, datada provavelmente de 1829 e de posse do Marquês de Caravelas, que foi divulgada em 1895. Até 1872 o Brasil não teve censos sistematizados e arquivados. Os recenseamentos econômicos se iniciariam com a República e outros dados econômicos, como índices de preços, seriam sistematizados apenas após a II Guerra Mundial (PAIVA et al., 1990, p. 24-25).



votar e ser votados a partir de 1827, quando a lei estabeleceu um salário anual de 200 contos de réis<sup>460</sup> para a categoria.<sup>461</sup>

Assim, as narrativas políticas e os debates com a população eram predominantemente orais. A proibição de atividades gráficas até 1808 impediu que um volume expressivo de informação escrita chegasse ao povo e estimulasse o desejo de instruir-se. Ademais, embora o trânsito de mercadorias e notícias fosse mais eficiente no império português do que nas colônias espanholas, levavam-se semanas para tomar-se conhecimento de fatos ocorridos na Metrópole e meses para ter-se resposta a uma missiva. A Corte chegou a esse Brasil em que, nas palavras de Gilberto Freire, a colonização era particular, caracterizada pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semirrural, por um sistema patriarcal e aristocrático que controlava, com mão pesada, o patrimônio da casa-grande.<sup>462</sup> Se cada família de posses tinha, entre os filhos, o bacharel formado em Coimbra que iria preservar as pretensões aristocráticas dos pais e enfrentar as exigências impostas pela burocracia ao patrimônio familiar, ou o padre que iria reclamar dos abusos da Igreja, a Corte trasladava-os pelo império, formava-os para servir ao rei, oferecia-lhes acesso a posições e, por vezes, títulos. Agora, com a vinda da nobreza lusa ao Rio de Janeiro, o aparato do Estado se aproximava dessas famílias, levava-as à convivência próxima com a Corte, deslocava-as ao meio urbano, dava-lhes um verniz social e um sentido de elite mais apurado.

---

460 VEIGA, op. cit., p. 114.

461 A renda mínima anual para que o brasileiro pudesse votar nas Assembleias Paroquiais foi fixada pelo art. 92 da Constituição de 1824 em cem contos de réis, um valor bastante modesto. Para votar nas eleições provinciais e nacionais, a renda era fixada em duzentos contos de réis pelo art. 94 da Constituição. Para serem nomeados deputados, em 400 contos de réis. Curiosamente, analfabetos podiam votar, o que refletia a baixíssima escolaridade, mesmo entre os membros da elite.

462 FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 79-81.





Os quatorze anos de Reino Unido, em suma, deixaram marcas importantes na vida institucional do Brasil que se estenderiam às relações familiares e culturais entre as elites de cada localidade e, de um modo mais amplo, às construções político-culturais a partir da circulação de pessoas entre as várias regiões do país.

### **Educação formal e ideologia no debate público da independência**

Uma conjectura importante é que o espectro de debate público seria mais estreito no Brasil do que em outras sociedades que estivessem passando, na época, por um processo de transição no rumo da independência, em particular na América espanhola. Esse é o cerne do argumento de José Murilo de Carvalho em sua obra seminal *A Construção da Ordem*. Em sua avaliação, a pequena elite dotada de titulação acadêmica, cerca de 0,1% da população, e a homogeneidade da sua formação, decorrente dos estudos superiores na mesma instituição de ensino superior da elite portuguesa como um todo, resultavam, precisamente, nessa pouca variação do espectro ideológico naquele período.<sup>463</sup>

O debate político, agregue-se, era duramente reprimido. Os livros estavam sujeitos a confisco, e a alfândega, para retê-los, inspecionava as cargas de quem entrasse no Brasil. Nem mesmo José Bonifácio, apesar de suas credenciais, escapou da revista quando retornou. Academias de todos os matizes eram criadas sob vigilância e fechadas ao primeiro sinal de liberalidade em suas reuniões. Seus membros ficavam sujeitos a detenção se a denúncia contivesse elementos graves, como a sugestão de que livros de pensadores iluministas, em especial os franceses, estivessem sendo lidos ou discutidos. Nesse ambiente social, os espaços de

---

463 CARVALHO, José M. *A construção da ordem/teatro das sombras*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 37-39.



debate tinham vida curta. Sociedades secretas e reuniões clandestinas, como as da maçonaria, eram muito procuradas, apesar dos riscos.<sup>464</sup> Embora houvesse uma obsessão de caráter ideológico da parte das autoridades, a preocupação era compreensível. O Brasil havia hospedado, nas duas décadas anteriores à vinda da Corte, movimentos separatistas que, se não tiveram consequências maiores, evidenciaram a infiltração de ideias liberais, a exemplo da Conjuração Mineira em Vila Rica e da Revolta dos Alfaiates em Salvador. Além disso, os movimentos de insurreição na América espanhola já tomavam corpo, com episódios de manifestações populares e destituição de autoridades, como os de Charcas, La Paz e Buenos Aires, entre 1809 e 1810. A disseminação dessas notícias era inevitável.

A situação do Brasil, no entanto, era completamente diferente da vivida pela América hispânica. A lealdade das oligarquias regionais do império espanhol aos Bourbon provocou reações contra autoridades enviadas pelo governo bonapartista, a par de confrontos com uma retórica separatista. O clima de instabilidade viabilizou as mobilizações de milícias de caudilhos locais, dando fôlego aos movimentos de independência sul-americanos. Mesmo regiões que não pretendiam conduzir um processo de independência, como Peru e Bolívia, acabaram atropeladas pela escalada dos enfrentamentos militares entre espanhóis e locais. O Brasil, enquanto isso, vivia sua lua-de-mel com os Bragança.

Desse modo, as manifestações de insatisfação da população no Brasil decorriam, sobretudo, de prejuízos sentidos pela elite

---

464 Os primeiros encontros de maçons ocorreram no Brasil no início do século XIX e, em 1808, já havia lojas maçônicas no território da colônia. Há conjecturas de que tenham tido papel importante em movimentações de rua e revoltas. Em 1818, após a repressão da revolta de Pernambuco, o crime de pertencer a sociedade secreta passou a ser sujeitado a pena de morte. Com a volta de D. João VI a Portugal e a regência de D. Pedro, ele próprio membro da maçonaria, a atividade passou a ser aceita e os maçons teriam importante papel na definição do formato do governo imperial.



local com certas decisões de D. João VI. A partir de 1817, três fatores iriam desestabilizar sua posição política junto às oligarquias rurais: a repressão europeia ao tráfico de escravos, a queda do preço do açúcar e os custos das operações militares de fronteira, em especial a ocupação da Banda Oriental.

A questão do tráfico tomou corpo em 1815, com a abolição, pelo Congresso de Viena, do comércio de escravos no hemisfério norte, limitando um mercado amplamente explorado pelos portugueses e coibindo a captura de negros no norte da África. Isto resultou na elevação dos preços de escravos no Brasil e, consequentemente, dos custos de produção da maior parte das atividades econômicas locais. Já o preço do açúcar vinha caindo no mercado devido ao sucesso do plantio nas Antilhas e ao reposicionamento do produto, que, graças à ampliação da oferta deixava de ser um bem de luxo para se tornar um bem de sobremesa. E a ocupação da Banda Oriental havia demandado tanto a elevação de taxas quanto a convocação de homens, gerando insatisfação generalizada, por ser uma política que parte da população considerava contrária aos interesses do país. Esses fatores, somados a um ano de seca, levaram à eclosão, em 1817, da Revolta Republicana em Pernambuco, que duraria dois meses, e seria duramente reprimida pelo governo real.<sup>465</sup>

A Revolta de Pernambuco, à diferença de movimentos precedentes, trazia uma visão mais amadurecida de ideais liberais e republicanos. Refletia, também, um desejo de autonomia em relação à Corte do Rio de Janeiro, que voltaria a eclodir em 1824, após a Independência, com a criação da Confederação do Equador, também reprimida de forma sangrenta. O episódio seria reavaliado mais adiante, quando a instauração de um governo republicano começou a ser seriamente discutida durante o segundo

---

465 SCHWARCZ; STARLING, *op. cit.*, p. 194-197.



império. Veja-se, por exemplo, o conteúdo do panfleto *A Rua*,<sup>466</sup> que décadas depois relembriaria o episódio:

Salve o dia 6 de março de 1817, salve. Encerrado diante deste deslumbrante dia, que realiza a grande aspiração republicana, eu tenho a satisfação de saudar essa memorável data que tantas tradições encerra, eu curvo-me reverente, fascinado pela luz brilhante de sua época memorável. Salve, grandioso dia 6 de março.

Clube Republicano 6 de março. No dia 6 do corrente se organizará um novo clube republicano com o título acima. À rua do visconde de Albuquerque nº 41. São convidados todos os cidadãos republicanos.

O dia de hoje. Foi no dia 6 de março de 1817, que um punhado de moços, lutadores de fina têmpera, levantaram bem alto o estandarte tricolor no solo de Caneca. Foi no dia de hoje que ecoou forte e unísono o brado de República!

As festividades da Corte no Rio de Janeiro em 1818, com a coroação de D. João VI e o casamento de D. Pedro I e D. Leopoldina, iriam contribuir para desanuviar o ambiente, mas os elementos da insatisfação persistiam. O debate da Independência permaneceria no substrato das ideias que fermentavam na sociedade local, sem grande exposição. O clima mudaria dois anos depois, com a Revolução Liberal do Porto e a volta de D. João VI a Portugal. As Cortes Constitucionais de Lisboa de 1820 seriam determinantes para a ruptura entre o Brasil e a MetrÓpole.

O movimento de retomada do território português ao invasor francês em 1810 tivera um caráter autóctone e popular, em um momento em que o governo real se encontrava no Rio de Janeiro,

---

466 Panfleto assinado por um certo Jorge Greant que circulou no Rio de Janeiro em data não especificada, talvez 1891. O documento pode ser recuperado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em [http://memoria.bn.br/pdf/827797/per827797\\_1817\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/827797/per827797_1817_00001.pdf). Os trechos de panfletos, relatos e editoriais dos jornais da época reproduzidos neste artigo foram vertidos ao português corrente, em benefício da legibilidade.



reforçando os valores de nacionalidade da população portuguesa. Por outro lado, a situação de penúria de Portugal em decorrência da crescente autonomia do Brasil fez nascer um sentimento de que seria necessário deter o processo de equiparação em curso e retomar a supervisão colonial. Nesse ambiente, o retorno de D. João VI a Portugal assumiu um papel simbólico no debate político e, com a Revolução Liberal do Porto de 1820, tornou-se inexorável. Ocorreria em 26 de abril de 1821: D. João VI embarcaria de volta, deixando D. Pedro I como regente.

Os representantes brasileiros nas Cortes chegaram a Portugal em meados de 1821,<sup>467</sup> para encontrar um debate relativamente adiantado e um conjunto de medidas já aprovadas, tendentes a reimplantar os laços de subordinação do Brasil a Lisboa e a revogar os tratados comerciais assinados por D. João VI. Essas medidas, tomadas entre setembro e dezembro de 1821, incluíam a desagregação do Brasil em províncias, o reforço das tropas portuguesas no país, a dissolução do poder central do Rio de Janeiro e o retorno do regente a Portugal. A mudança de humor da população brasileira foi inevitável. O caminho da Independência estava pavimentado. A esse respeito, ressalta Silva:

Seriam então poucos os que, no Brasil, propugnavam a separação de Portugal. Foram, contudo, aumentando, à medida que as decisões e o comportamento das Cortes de Lisboa apontavam para o que se tinha por impensável: o regresso do Brasil à condição de colônia. A um reino luso-brasileiro, com igualdade entre suas partes, as Cortes contrapunham um reino lusitano, tendo o Brasil como subalterno – e com isto não concordavam, no Brasil, nem mesmo aqueles que defendiam a indissolubilidade do império. O processo de afastamento e ruptura deu-se, portanto, por iniciativa portuguesa – que

---

467 O Brasil poderia indicar 77 deputados às Cortes, mas chegou a enviar não mais que 46 representantes a Portugal. SCHWARCZ; STARLING, *op. cit.*, p. 209.



queria restaurar a hegemonia política e o controle econômico sobre a antiga colônia – e não brasileira.<sup>468</sup>

Tal sentimento já era explícito na época, sendo amplamente disseminado nos jornais que então circulavam. O *Despertador Brasileiro*,<sup>469</sup> impresso no Rio de Janeiro, ao reconhecer que “as notícias, que há pouco nos chegaram de Lisboa, têm produzido uma fermentação tão grande, e tão geral nos ânimos dos habitantes desta cidade, que é muito para recear ocasionem desordens de não pequena monta”, assim comentava as decisões das Cortes:

Aproveitaram as Cortes esta ocasião, e à custa de lisonjeiras palavras, e do seu especial agrado entraram a fomentar o cisma político que tão propício lhes era para estenderem a sua influência neste vasto continente. Ela cresceu ainda mais com a ida de S. Majestade para Portugal, de maneira que o Congresso revestido até então só da porção de soberania, que lhe fora delegada pelo povo daquele reino, perdeu imediatamente a sua antiga circunspeção, e entrou a decretar leis para este país, que ainda não tinha sido ouvido por meio de seus Legítimos Representantes.

O redator desse periódico, Francisco de Franca Miranda, desembargador e aliado de José Bonifácio, era personagem conhecida na Corte, e um dos subscritores que custearam a elaboração

---

468 SILVA, Alberto C. As marcas do período. In: SILVA, Alberto C. (org.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 28.

469 Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/despertador/737240>. Restou do periódico apenas um número, o 62, de 1821, do qual se extraiu o trecho citado. Neves (2011, p. 89-90) reconhece a proliferação de folhetos, panfletos, jornais e pasquins manuscritos que promoveriam, a partir de 1821, um inédito debate de ideias, “com seus artigos sendo discutidos tanto nas ruas e praças das cidades, quanto nos novos espaços de sociabilidade que tendiam a surgir, como livrarias, cafés, academias e, sobretudo, as sociedades secretas do tipo da maçonaria”.



das *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, compiladas por D. José de Souza Araujo,<sup>470</sup> arcipreste da Capela Real, publicadas em 1820.

O *Despertador Braziliense* tinha uma posição de defesa de ideias da aristocracia rural e de preocupação com os rumos do debate político, sendo acompanhado, nessa linha, por *O Espelho*,<sup>471</sup> de Manuel Ferreira de Araújo, e *A Malagueta*,<sup>472</sup> de Luís Augusto May.

*O Espelho* mantinha um registro das atividades das Cortes e das ocorrências em outras províncias brasileiras e no exterior. Na seção comercial, divulgava preços de gêneros de exportação e movimentação de embarcações. Publicaria, também, artigos escritos por Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, secretário do imperador, e pelo próprio D. Pedro I. O fundador do periódico, Manuel Ferreira de Araújo, era baiano, tendo-se graduado em matemática em Portugal, na Academia Real da Marinha. Trabalhou no Observatório Real da Marinha e foi professor de astronomia náutica. Retornou ao Brasil em 1805 e, com a chegada da Corte, retomou suas atividades de professor, alcançando o posto de coronel em 1810.

Já Luís Augusto May era português, de formação militar e contatos próximos com diversos nomes de destaque na política do período. Consta que teria sido companheiro de José Bonifácio no batalhão de Coimbra durante a resistência contra os franceses. Foi funcionário da Secretaria de Legação Estrangeira em Londres, depois oficial lotado no Estado Maior e na Secretaria da Marinha, recebendo pensão concedida por D. João VI em 1818 por serviços

---

470 D. Araujo é mais um exemplo da formação acadêmica de que fala José Murilo de Carvalho. Nascido no Rio de Janeiro, bacharelou-se em cânones em Coimbra e voltou ao Rio, onde recebeu o presbiteriato em 1780. Retornou a Portugal em 1801 e transferiu-se definitivamente ao Rio com a vinda da Corte. EVANGELISTA, op. cit., p. 31.

471 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/O-Espelho/700916>.

472 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/malagueta/700517>. A hemeroteca da Biblioteca Nacional dispõe de um número razoável de exemplares, que dão uma percepção apropriada da linha editorial do veículo.





prestados. Tornou-se então jornalista, tendo mantido atividade controvertida até a década de 1850.<sup>473</sup> De forma provocadora, cada número de *A Malagueta* era aberto com uma frase de Jean-Jacques Rousseau: “Quando se diz acerca dos negócios do Estado – que me importa? – deve-se contar que o Estado está perdido”.

Uma visão liberal, por outro lado, era defendida pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*,<sup>474</sup> fundado por Gonçalves Ledo e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, e pelo *Correio do Rio de Janeiro*,<sup>475</sup> de João Soares Lisboa.

João Soares Lisboa tinha uma história peculiar, distinta do perfil que até agora se identificou. Português, vindo muito jovem ao Brasil, foi “aulista” e empreendeu a carreira de jornalista no Rio com a criação do *Correio do Rio de Janeiro* em abril de 1822. Suas ideias eram também dissonantes. Republicano, foi preso após a Independência e anistiado ao final de 1823. No ano seguinte, aderiu à Confederação do Equador e pereceu em combate contra as tropas imperiais em Pernambuco.

O *Correio do Rio de Janeiro* circulou de abril a outubro de 1822 e de maio a novembro de 1823. Nessa segunda fase, João Soares Lisboa escrevia os textos de dentro da cadeia.

O cônego Januário da Cunha Barbosa também foi “aulista”, tendo sido aluno do frei franciscano Antônio Rodovalho. Escritor de biografias e orador de talento, era seguidamente convidado a sessões literárias e encontros culturais. Vinculou-se à maçonaria, fazendo parte do grupo ligado a Gonçalves Ledo. Após a Independência, foi deportado à França, retornando um ano depois, para ser nomeado cônego da Capela Imperial. Teve atuação

---

473 CHAGAS, op. cit., p. 35. GOUVÊA, Myriam P. **Biografia, imprensa e política em Luís Augusto May: um redator controvertido no Império do Brasil.** Artigo apresentado no XVIII Encontro de História da ANPUH. Rio de Janeiro, 2018.

474 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/reverbero-constitucional-fluminense/700223>.

475 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-rio/749370>.



política controvertida e certa fama de traidor, por passar a atacar D. Pedro I após sua abdicação em 1831.

Já Joaquim Gonçalves Ledo vinha da aristocracia rural do interior fluminense. Nascido em Cachoeiras de Macacu, completou os estudos escolares em Portugal e matriculou-se em medicina em Coimbra. Teve que deixar os estudos e voltar ao Brasil com a morte do pai, aos vinte e seis anos, obtendo um emprego como funcionário público e iniciando seu envolvimento com a maçonaria, onde logo se tornaria personalidade de destaque.

No primeiro número do *Revérbero*, o editorial situa o enfoque do jornal e os valores que iria defender em seus dois anos de existência:

Habitantes do Rio de Janeiro, para vós especialmente é que escrevemos; para pôr sempre diante de vós o abismo que vos espera, é que tomamos esta arriscada tarefa. Será nosso empenho o mais grato transmitir-vos todas as luzes constitucionais da Europa, a fim de fortificar o vosso amor pela santa causa da nação, pela vossa própria causa. O poder arbitrário é uma calamidade das nações; o despotismo é o princípio oposto ao bem moral e físico das monarquias e impérios. As leis, nas suas mãos, são os instrumentos de suas vinganças, de suas paixões e de seus caprichos: daí vêm os calabouços, daí a tortura, daí a inquisição civil e religiosa, os processos misteriosos, os odiosos confiscos; o terror e o susto são os sentimentos que procura inspirar, e por isso jamais cuidou de prevenir os erros, tratou sempre de os punir; por isso é que a lembrança de interessar o coração e a alma dos cidadãos nunca a seu peito acudiu, e que a inocência e a virtude é para ele quimera.

O grupo de Gonçalves Ledo tinha intensa atividade maçônica no Grande Oriente do Brasil, enquanto os aristocratas, liderados por José Bonifácio, dominavam o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz. D. Pedro I era filiado às duas lojas, postura que denota tanto o espírito juvenil do futuro imperador



como seu desejo de manter uma equidistância entre as posições de política então em confronto. No relato de Carlos Chagas:

José Bonifácio, todo-poderoso, grande influência intelectual sobre o príncipe, sustenta “Independência com Ordem”, sem rompimento com Portugal. Está em choque com Gonçalves Ledo, outro defensor da Independência, mas radical: quer o rompimento de todos os laços com Portugal. Ambos se digladiam ostensiva e secretamente, neste caso, nas reuniões do Grande Oriente do Brasil, onde Bonifácio é feito grão-mestre, posição que D. Pedro também ocupará. Paralelamente à maçonaria, que opera a todo vapor, eles criam o Apostolado, sociedade secreta denominada de Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz. D. Pedro é nomeado arconte-chefe, sob o nome de Rômulo. Bonifácio é o Tibiriçá.<sup>476</sup>

A criação do Apostolado, aponta Chagas, foi uma forma de José Bonifácio reagir à sua perda de influência na maçonaria.

Outros jornais circularam com linha editorial oposta, abraçando a defesa das Cortes portuguesas e a confiança de que o Brasil, aderindo a estas, resguardaria “a ventura do rei e dos povos portugueses de ambos os hemisférios”, afirmação que consta do número único disponível de *O amigo do rei e da nação*.<sup>477</sup> Desse texto, destacamos:

Apenas o Brasil o sabe, não mais se esconde o entusiasmo de seus habitantes, e sem que o medo o estorve, o sentimento avulta, a opinião se fortifica, e qual seja a vontade universal não entra em dúvida. O bem, que a todos resultava na mudança era muito claro, muito simples para que às vistas mais grosseiras pudesse ficar oculto. A Bahia soltou o primeiro grito Constitucional, e seu eco, retinindo no Rio de Janeiro, encontrou a resposta em um grito semelhante.

---

476 CHAGAS, op. cit., p. 36.

477 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/amigo-rei/700266>.



O periódico, criado por Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, desembargador e membro do Apostolado, circulou por quatro meses, mantendo a linha conservadora e lusófila, e dizendo-se protegido pelo então príncipe regente.

Na Bahia, o *Diário Constitucional* defendeu posições libertárias discretas e fez um registro regular do andamento das Cortes. Um de seus últimos números, de 1º de abril de 1822, já defendia, porém, posição radical, ao criticar a bancada baiana “quando nos atraçou, dizendo que era voto nosso o desligar-nos do Governo central do Rio de Janeiro”, e manifestar preocupação com a destinação dada aos recursos recolhidos na província:

E assim pensamos, fundados não só no Princípio de Razão, e de Justiça Universal de que cada um se deve alimentar a si próprio; como no muito, que necessita dispender o Cofre Público em melhoramento do Brasil, país novo, e devorado por uma Administração ruinosa, sem estabelecimentos literários, sem estradas, com imensidade de rios por encanar, do que aliás tiraria o comércio interior incalculáveis vantagens, com portos de mar abertos, e sem defesa.

Teria suas instalações depredadas por simpatizantes do absolutismo e voltaria a circular com o nome de *O Constitucional*. Um de seus redatores, Eusébio Vanério, era português da Ilha de Madeira e foi professor e diretor de escola em Salvador, tendo introduzido o método de ensino mútuo<sup>478</sup> na Bahia.

Outra personalidade de destaque no debate político baiano e nacional, Cipriano Barata era nascido em Salvador, de origem modesta. Matriculou-se em Coimbra em cirurgia, filosofia e

---

478 O método de ensino mútuo ou método de Lancaster consiste na utilização de monitores, alunos mais adiantados, para repassar as lições aos demais em sala, e na substituição do castigo pelo estímulo no incentivo ao aprendizado. Embora permitisse a expansão do ensino a turmas maiores, o método tinha resultados pobres e demandava uma disciplina rígida para funcionar. Esteve muito em voga em meados do século XIX.



matemática, mas deixaria o curso para retornar ao Brasil.<sup>479</sup> Maçom e republicano, participou da Revolta dos Alfaiates, sendo detido e ficando preso por quase dois anos. Deputado nas Cortes de Lisboa, retornou defendendo a separação de Brasil e Portugal. Participaria, ainda, da Confederação do Equador. Fundaria o jornal *Sentinella da Liberdade*<sup>480</sup> em 1823, que seguia uma linha republicana e que publicaria por um ano e, em segunda fase, de 1831 até sua morte, em 1835.

No Maranhão, o jornal *O Conciliador do Maranhão*, favorável à Corte portuguesa, assim registra uma tentativa de deposição do governo da Bahia, em 9 de novembro de 1821:

Seriam pouco menos de onze horas, quando ouvimos grande alvoroço na ladeira da praça; chegamos a uma das janelas laterais, e vimos um grupo de homens, militares e paisanos, que não chegavam a trinta, gritando em altas vozes – Viva a Constituição, viva as Cortes, viva o novo Governo, abaixo o atual – ficamos maravilhados daquele arrojo; observamos com atenção as pessoas que o compunham, e perfeitamente distinguimos os tenentes-coronéis Gordilho e Felisberto Gomes; os majores Antônio Maria, José Eloi Pessoa, José da Silva Daltro, Costa Branco; os capitães José Antônio da Fonseca Machado, João Antônio Maria, e mais alguns oficiais subalternos, quase todos da Legião de Caçadores desta cidade; e paisanos o Dr. José Avelino Barboza, Felipe Justiniano Costa Ferreira; o cadete de artilharia João Primo, que espalhava várias proclamações

---

479 RÊGO, Ana Regina. **Sentinella da liberdade, a voz de Cipriano Barata**. Artigo apresentado no VII Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza, 2009, p. 2. Esclarece que Cipriano Barata matriculou-se aos vinte e quatro anos em Coimbra, bacharelando-se em filosofia, mas, sem concluir o curso de medicina, retornou ao Brasil em decorrência da morte de seu pai. Na volta ao país, tornar-se-ia “cirurgião aprovado”, passando a exercer a profissão.

480 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sentinella/700398>. Como destaca Chagas (2001, p. 32), Cipriano Barata adotou a prática de incluir, no título do jornal, o local de onde escrevia. Desse modo, o arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional agrupa os exemplares digitalizados sob uma variedade de referências, na medida em que vários títulos existem.



incendiárias, por ele assinadas, e mais algumas pessoas que não pudemos conhecer.

Dirigiu-se este grupo para a praça, a que se lhes reuniram algumas pessoas de pouca monta, que ali estavam, talvez mais por curiosidade, do que por serem da mesma facção, e renovaram os vivas; aproximaram-se à guarda, mas esta, em vez de gritar, como eles gritavam, – abaixo o Governo – dizia, viva o Governo atual; o que também fizeram algumas pessoas.

São exemplos de que o debate político da Independência ganhava intensidade em outras localidades do Brasil e que a participação de bacharéis de Coimbra era sempre destacada.

Foi em 1821 e 1822 que também circularam no Rio de Janeiro e na Bahia os “papelinhos”, panfletos impressos ou manuscritos com opiniões políticas e declarações agressivas, tanto a favor da independência como em defesa da manutenção do vínculo com a Metrópole. Até 1822, os panfletos ameaçavam D. João VI, incitavam-no a se afastar de seus conselheiros “pérfidos” e “malvados”, ou denunciavam a corrupção no governo. Já em meados de 1822, notam-se os primeiros manuscritos em que se defende a adesão a D. Pedro I e se denunciam as hostilidades portuguesas contra o Brasil.<sup>481</sup>

Schwarcz e Starling<sup>482</sup> sugerem que:

a Bahia, cujo comércio, em sua maior parte, era realizado diretamente com Portugal e África, não concordava com a ‘intromissão’ inglesa e, por isso mesmo, apoiou a política das Cortes, ao menos num primeiro momento; já o Rio de Janeiro era o grande beneficiário da política joanina e apostaria todas suas fichas na permanência de D. Pedro.

---

481 CARVALHO, José M.; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (org.). *Às Armas, Cidadãos!* Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras/UFMG, 2012.

482 SCHWARCZ; STARLING, op. cit., p. 206.



E D. Pedro I ficou. Em 9 de janeiro de 1822, ao receber um abaixo-assinado com oito mil assinaturas, comprometeu-se a permanecer no Brasil, o conhecido episódio do “Dia do Fico”. Nos nove meses seguintes, D. Pedro I administraria uma sucessão de incidentes que culminariam, em 7 de setembro, na proclamação da Independência.

No ministério que forma durante esses meses, Chagas<sup>483</sup> destaca, além de José Bonifácio, ministro do reino, os nomes de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Fazenda e, depois, Justiça), do general Joaquim de Oliveira Alvares (Guerra), Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio (Fazenda) e Manuel Antonio Farinha (Marinha). Montenegro era português, doutor em direito em Coimbra, foi intendente do ouro no Rio entre 1791 e 1798, capitão geral e governador de Pernambuco de 1804 a 1817, quando foi deposto pela Revolução Pernambucana. Oliveira Alvares formou-se em matemática e filosofia em Coimbra. Serviu inicialmente na Marinha, sendo feito prisioneiro pelos franceses. Fugiu da prisão e alistou-se no exército. Seria transferido para o Brasil em 1804, onde fez sua carreira militar. Martim Francisco era doutor em ciências naturais em Coimbra. Farinha era português, egresso da Real Academia de Guardas-marinha de Lisboa.

Ao final desse processo, o grupo liderado por José Bonifácio, que representava as oligarquias rurais e os comerciantes exportadores, dominaria a transição e impor a solução monárquica. O Brasil declararia independência com o beneplácito da Inglaterra e uma negociação relativamente rápida de reconhecimento do novo regime.

O ordenamento político e administrativo do período de reino unido seria copiado, como destaca Carvalho,<sup>484</sup> não apenas por

---

483 CHAGAS, op. cit., p. 36.

484 CARVALHO, op. cit., 2017.





motivação política, mas como um projeto de preservação de espaço de atuação burocrática da elite incumbente:

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto. Desse modo, o objetivo da manutenção da unidade da ex-colônia raramente seria posto em dúvida por elementos da elite nacional, talvez até mesmo independentemente de estar essa unidade em acordo ou desacordo com os interesses dos grupos econômicos dominantes.<sup>485</sup>

Essa negociação, segundo o autor, convergiu a um acordo sobre as formas institucionais adotadas:

Valores e linguagens comuns também tornaram possível um acordo básico sobre a forma de organização do poder. Houve tendências mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou menos monárquicas, mas as divergências não iam além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional, pelo controle civil do poder, pela democracia limitada dos homens livres.<sup>486</sup>

Após a proclamação, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e parte da Bahia se declararam leais às Cortes, embora houvesse grupos partidários da Independência nessas províncias.<sup>487</sup> O imperador enviou tropas para enfrentar as guarnições portuguesas e garantir a unidade nacional. A autonomia provincial, no entanto, manteve-se como uma força vigorosa na política brasileira e movimentos separatistas foram recorrentes na primeira metade do

---

485 CARVALHO, op. cit., p. 42.

486 Ibidem.

487 Agregue-se a estes a Província Cisplatina, que se engajaria a partir de 1923 em um ciclo de confrontos que resultariam, em 1828, na sua independência, formando-se o estado uruguaio.



século XIX. Juízes de paz escolhidos pelos governadores ou a guarda nacional com oficiais nomeados localmente são exemplos apontados por Safford<sup>488</sup> do prestígio das lideranças regionais no Segundo Império. O Brasil foi preservado tanto pela força das ideias e interesses quanto pelo confronto sangrento do exército imperial com dissidentes e separatistas.

### Considerações finais

A participação, no Primeiro Império, da elite formada em Coimbra nas décadas precedentes ilustraria a influência que essa geração de bacharéis teve na construção política da nossa Independência e o sucesso que alcançaria em permanecer nos cargos de destaque da administração imperial. Carvalho<sup>489</sup> aponta que todos os ministros de D. Pedro I eram oriundos de Coimbra, proporção que cairia para 67% na regência e 45% nos primeiros gabinetes de D. Pedro II, até 1853. A partir de então, não mais haveria bacharéis coimbrães na grande política brasileira. Nesse período, a proporção de políticos com nível superior manteve-se em 85% a 87% no ministério, ultrapassando os 95% após 1853. Já a parcela de senadores que não ocuparam cargo de ministro em sua carreira política apresenta uma proporção de 82% com educação superior na época do Primeiro Império, participação que caiu gradualmente até 58% da década de 1850. Posteriormente voltaria a crescer, situando-se nos 80%. Um detalhe interessante é que, no Primeiro Império e na Regência, cerca de 50% dos graduados eram formados em direito, número que subiria para cerca de 80% no Segundo Império.<sup>490</sup>

Tais indicadores reforçam o argumento de que a continuidade entre reino unido e império assegurou a manutenção e

---

488 SAFFORD, op. cit., p. 34.

489 CARVALHO, op. cit., 2017.

490 Ibidem, p. 78-81.



reprodução de uma elite burocrática oriunda da aristocracia no âmbito da Corte do Rio de Janeiro. Carvalho<sup>491</sup> sugere, nesse sentido, que essa continuidade levou “à manutenção de um aparato estatal mais organizado, mais coeso e talvez mesmo mais poderoso”, se comparado aos demais países latino-americanos da época. A coesão da elite teria restringido os conflitos políticos ao âmbito do confronto entre grupos dominantes, ao preço de reduzir o alcance e a importância do debate junto ao restante da sociedade. Um efeito dessa construção foi a lentidão do Segundo Império ao abordar políticas públicas de longo prazo, retardando a transição das intenções ao investimento em sua efetiva implantação, um aspecto daquilo que Evangelista<sup>492</sup> chama de “história lenta”. Na educação, tema deste breve registro, isso resultou na persistência do analfabetismo e da baixa escolaridade na população brasileira.

O ensino público primário e gratuito, nesse sentido, seria uma determinação já estabelecida na Constituição de 1824.<sup>493</sup> A partir de 1835, a obrigação de oferecer ensino passou às províncias e a exigência de frequentar escola começou a ser regulamentada. Foi, portanto, com a Independência, que uma noção de política pública de educação voltada aos interesses do país passou a fazer parte das preocupações da elite brasileira. Tardamente, o Brasil começava a operar as engrenagens do ensino universal obrigatório. No entanto, dois séculos depois, ainda estamos distantes dos patamares de alfabetização e escolaridade de outros países latino-americanos.

Os resultados, ao longo do tempo, não foram consistentes com a preocupação externada. Em 1872, a taxa de analfabetismo para todo o país ainda era de 82,3%. Em 1890, excetuados o Rio de

---

491 CARVALHO, *ibidem*, 2017, p. 40.

492 EVANGELISTA, *op. cit.*, p. 34.

493 Art. 179, inciso XXXII.



Janeiro, sede da Corte, e o Rio Grande do Sul, beneficiado pela imigração, a taxa de analfabetismo ainda superava os 80% em todas as outras províncias. Em 1900, ainda tínhamos um índice de analfabetismo de 65,3%, ultrapassando os 80% em determinados municípios. No ano 2000, dos cerca de 5.500 municípios brasileiros, apenas 19 asseguravam à sua população uma escolarização média que correspondesse ao ensino fundamental completo, configurando um quadro desanimador.<sup>494</sup>

A elite jurídica e administrativa treinada em Portugal e disseminada na colônia, após um período inicial de resistência, admitiu e reforçou a legitimidade do imperador, expressada na aceitação de D. Pedro II como herdeiro e na instituição da regência como regime de transição até a maioridade. Nesse episódio, o sistema político operou como indutor da unidade nacional, mas a um risco elevado. A erosão da autoridade no período da regência foi inevitável e, quando D. Pedro II chegou ao trono em 1831, encontrou um país marcado pela insatisfação nas províncias e palco de revoltas separatistas. Somente em 1845, com a Paz do Poncho Verde, assinada no Rio Grande do Sul, alcançar-se-ia a unidade territorial. O Brasil como nação estava definitivamente formado.

Há que se reconhecer, em suma, o papel representado pela política de formação de elites coloniais no debate da Independência. No Brasil, as distâncias geográficas e o isolamento das comunidades foram compensados pelo simbolismo de centro de comando representado pela Corte imperial e pelos laços particulares entre pessoas e famílias de diferentes localidades. Carvalho<sup>495</sup> aponta,

---

494 FERRARO, Alceu R.; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*, 29 (2), p. 179-200, jul./dez. 2004, p. 182-183. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2013, p. 9.

495 CARVALHO, op. cit.



ainda, um processo intencional de reprodução da elite formada inicialmente em Portugal ao longo do ciclo imperial:

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, ao seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias.<sup>496</sup>

No entanto, o preço do atraso educacional e da mentalidade patrimonialista induzidos pelo processo colonial português paga-se até hoje. Como brasileiros, ainda não fomos capazes de compreender que o ciclo da conquista e da exploração intensiva precisa acabar. Precisamos aprender a, enfim, cuidar do que é nosso. Em um país estável, a riqueza não nasce da aventura e da ocupação predatória; nasce da tecnologia e da gestão. Para isso, a formação técnica em todos os níveis é um requisito essencial, lastreado em educação de qualidade, disciplina profissional e treinamento ao longo da carreira. É um caminho que, coletivamente, estamos apenas aprendendo a tatear.

---

496 CARVALHO, *ibidem*, p. 39.